

GISA apresentou resultados de estudos sobre qualidade do ar e saúde infantil

Os estudos do GISA mostram melhorias gerais da qualidade do ar em Sines, com progressos mais expressivos nos óxidos de enxofre e no azoto na zona industrial. Não há melhorias nas partículas e ozono em todo o Alentejo Litoral.

Os investigadores do projeto GISA - Gestão Integrada da Saúde e Ambiente apresentaram no dia 4 de julho, no Centro de Artes de Sines, os resultados dos temas investigados: a evolução da qualidade do ar na região do Alentejo Litoral e os resultados do estudo sobre a sua relação com a saúde infantil.

As conclusões dos estudos realizados foram boas ou más de acordo com o tipo de poluente em questão e deram uma visão mais rica sobre o que pode ser poluição na região: não só poluição industrial, mas também poluição decorrente da atividade agrícola, antigas minas, vias de circulação automóvel ou mesmo poluição decorrente do tipo de cobertura vegetal do solo.

Entre as boas notícias apresentadas pelos investigadores do GISA, destaca-se o decréscimo das concentrações de óxidos de enxofre (em todo o Alentejo Litoral) e de azoto (na zona industrial de Sines), entre 2002 e 2011.

“A análise dos resultados indica que as reduções dos óxidos de enxofre são atribuíveis principalmente às reduções das emissões efetuadas pelas empresas. Relativamente aos óxidos de azoto não se observaram ainda reduções significativas no território em geral, embora os dados referentes aos líquenes tenham mostrado reduções de azoto no geral sobretudo na área industrial de Sines”, explica a equipa científica do GISA, dirigida por Maria João Pereira, do Centro de Recursos Naturais e Ambiente do Instituto Superior Técnico.

Nas más notícias, contam-se as excedências frequentes das partículas e ozono, problemas que afetam não apenas Sines mas todo o território do Alentejo Litoral.

“Não temos estudos que comprovem, mas suspeitamos que as partículas possam estar relacionadas com o tráfego de veículos motores e com a ressuspensão de partículas do solo. Relativamente ao ozono, este é gerado a partir dos poluentes percursores (óxidos de azoto e compostos orgânicos voláteis). Estes compostos orgânicos podem ter origem natural ou em atividades humanas. Desconhecemos a contribuição



Parte da equipa científica do GISA, no seminário de 4 de julho

de cada uma destas fontes na região. Mas dada a localização dos valores mais elevados suspeitamos que a contribuição de fontes naturais possa ser relevante nesta zona.”

Na análise da diversidade dos líquenes (quanto maior diversidade melhor qualidade do ar), a professora Cristina Branquinho mostrou a existência de uma degradação da qualidade do ar na cidade e na zona industrial de Sines entre 1980 e 2003, mas também que a situação nestas duas áreas melhorou entre 2002 e 2009, recuperando-se diversidade líquénica nesse período.

“Comparando o estudo de 2002 (SinesBio-ar) com o de 2009 podemos dizer que em geral a qualidade do ar melhorou na região”, confirma a equipa científica do GISA.

Dados sobre qualidade do ar e saúde

O estudo da saúde infantil, coordenado por Manuel Ribeiro, do Centro de Recursos Naturais e Ambiente do Instituto Superior Técnico, incidiu sobre o peso à nascença. Os

dados estatísticos do INE (Instituto Nacional de Estatística) indicam que, no período 2001-2010, Sines tem em média maior proporção de bebés de baixo peso à nascença (< 2,500 kg) do que os restantes concelhos da região do Alentejo Litoral.

“Os estudos revelam que o fator poluição atmosférica não é um fator significativo para explicar o peso à nascença dos bebés da região. No entanto, o estudo indica que entre grávidas magras ou entre grávidas fumadoras, uma redução na qualidade do ar contribui ligeiramente para uma redução do peso à nascença do bebé”, explica a equipa do GISA.

No seminário de 4 de julho não foram apresentados em detalhe estudos sobre a qualidade do ar e a incidência de cancro, mas mantêm-se válidos os resultados do estudo do Instituto Superior Técnico apresentado no seminário anterior, no final de 2011.

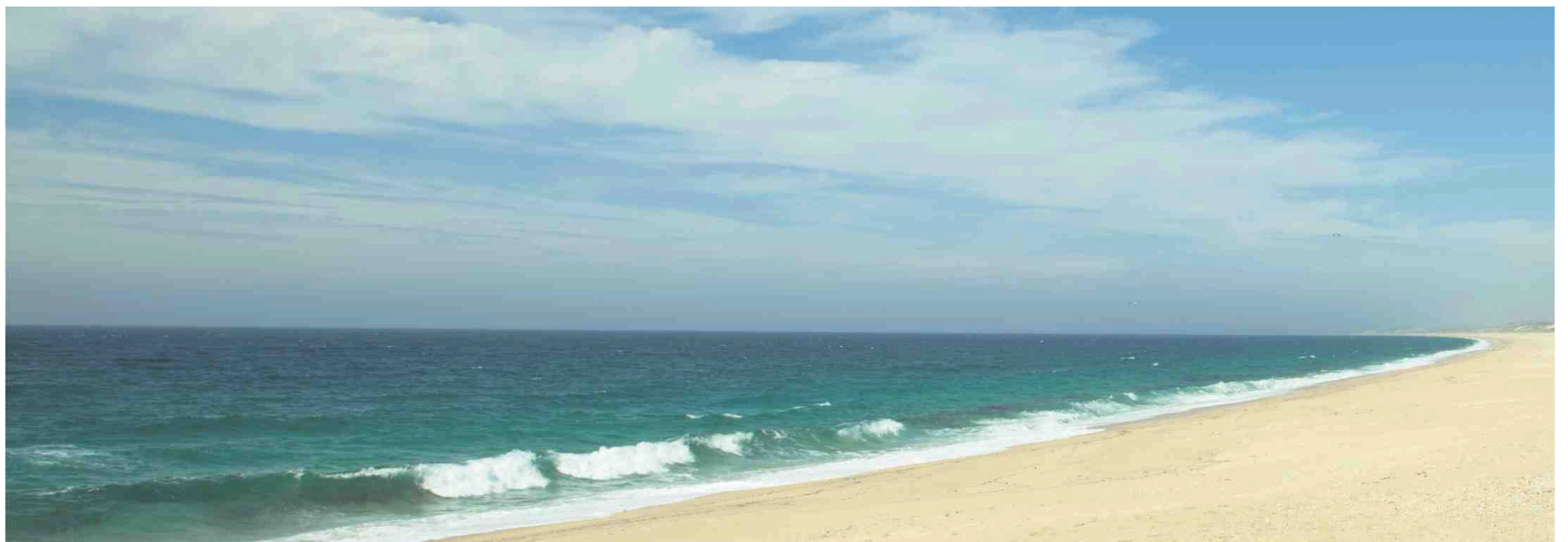
Neste estudo, foram analisados os números de mortalidade por cancro (período 1991-2004) e de mortalidade por tumor

maligno da traqueia, brônquios e pulmão na população masculina entre os 50 e os 79 anos (período 1980-2008).

Os resultados revelaram que, no sexo masculino, no período 1991-2004, as taxas de mortalidade por cancro do Alentejo Litoral são semelhantes às da região do Alentejo interior (Évora, Mértola, Serpa, Beja, etc.), mas inferiores às da região industrializada da margem sul do Tejo (Almada, Barreiro, Seixal, Setúbal, etc.).

Os resultados revelam ainda que as partículas suspensas no ar de origem natural e a prática de agricultura de sequeiro podem contribuir para maiores concentrações de partículas inaláveis no Alentejo interior e constituírem um fator de risco da mortalidade por cancro da traqueia, brônquios e pulmão para esta região.

“Os estudos realizados apontam para que Sines tenha uma taxa de mortalidade por neoplasia e por cancro de pulmão e vias respiratórias semelhante aos concelhos vizinhos. Quanto ao resto do país, generica-



Depois da qualidade do ar, espera-se que o GISA possa continuar, alargando-se a outros sistemas, como as águas oceânicas, o solo, o subsolo / aquíferos e também a alimentação



Os estudos sobre saúde infantil apresentados por Manuel Ribeiro (IST) revelam que o fator poluição atmosférica não é um fator significativo para explicar o peso à nascença dos bebés da região

mente todo o Alentejo apresenta taxas de mortalidade relativamente elevadas”, refere a equipa do GISA.

O que esperar do GISA no futuro

O projeto GISA não terminou com o seminário realizado a 4 de julho. Há um site (<http://apps.gisaproject.org/GISA>), que deverá ficar em linha em outubro onde o público poderá aprofundar o seu conhecimento sobre qualidade do ar. Será também uma ferramenta importante para a CCDR-A - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, entidade regional com competência em matéria de ambiente, monitorizar as emissões das empresas e agir em caso de incumprimentos.

“O público poderá ver gráficos de fácil leitura que dão indicação do (in)cumprimento das respetivas licenças ambientais, no caso das empresas que têm monitorização em contínuo. Estes dados serão atualizados semanalmente pelas próprias empresas. Relativamente às empresas que fazem monitorização em descontínuo das suas emissões, o público poderá ver um quadro resumo dos cumprimentos / incumprimentos e ainda selecionar empresas para consulta dos respetivos relatórios”, explica a equipa científica do GISA.

“A ferramenta só é possível com a colaboração das empresas, dado que não estão obrigadas por lei a registar os relatórios nesta ferramenta e a disponibilizá-los para

visualização pública. Parece-nos um passo muito importante para a transparência, sobretudo porque conta com o apoio explícito das empresas parceiras do projeto, que são da maior relevância para a região.”

Da CCDR-A, entidade que liderou o GISA e foi o seu principal financiador, também se espera o próximo passo para a continuidade do projeto. Da monitorização dos aquíferos e águas marinhas ao aprofundamento dos estudos sobre a relação entre a poluição e a saúde (com prioridade ao estudo dos alimentos, via principal de entrada dos poluentes no corpo humano), há muitas áreas onde o GISA pode prosseguir o seu trabalho, como explicou a professora Cristina Branquinho num conjunto de propostas de novos projetos que a equipa pode realizar no futuro.

“Parece-nos relevante trabalhar a questão da qualidade da água da rede pública, bem como dos alimentos que constituem a dieta alimentar. Em alguns casos persistem dúvidas, noutros há certezas que seria importante enquadrar por estudos científicos que atestem ou desmintam algumas das percepções que as pessoas têm sobre estas duas grandes dimensões (água e alimentação)”, refere a equipa do GISA.

As perspetivas para o avanço de alguns destes estudos através do GISA são otimistas, uma vez que Maria José Santana, representante da comissão regional, deu indicações no seminário de que a CCDR-A vai dar condições para a continuidade do trabalho através do novo quadro comunitário de apoio (2014-2020).

Considerado boa prática da administração pública, o GISA é um projeto pioneiro em Portugal e também na Europa.

“O GISA pode ser considerado um projeto inovador a vários níveis”, assinala a equipa científica do projeto. “Primeiro, pelo tipo de parceria que permitiu a sua realização. Conseguiu congregar no mesmo plano os vários atores para a resolução de um problema comum: as instituições responsáveis pela gestão regional das questões ambientais e de saúde, as autarquias locais, as empresas e as universidades. Pensamos que uma parceria deste tipo é única no país. Segundo, pelo nível de inovação alcançado internacionalmente, que se encontra registado através das publicações em revistas científicas de impacto internacional e apresentação de resultados em conferências científicas internacionais. Terceiro, porque já fomos contactados por outras equipas internacionais interessadas em replicar o nosso projeto em outras regiões da Europa.

Mais informações sobre o GISA em www.gisaproject.org e www.sines.pt.

Manuel Coelho: Ambiente é fundamental para cidade e concelho de Sines

Para o presidente da Câmara Municipal de Sines, a autarquia que impulsionou a criação do projeto (a ela iriam juntar-se todas as outras do Alentejo Litoral), é crucial que o GISA continue e seja alargado ao solo, subsolo / aquíferos e ecossistema oceânico. Sines, acentuou, não se desenvolve sem qualidade ambiental em todos estes sistemas.

“A qualidade do ambiente é fundamental para que o polo de Sines se desenvolva, a população viva melhor e a economia se diversifique. A par das indústrias, temos as outras componentes da economia, como o turismo e as pescas. A poluição atmosférica tem vindo a diminuir (devido ao trabalho da Câmara junto das grandes empresas, que têm feito

investimentos vultuosos para diminuir o eliminar a poluição atmosférica), mas continuamos com fragilidades, especialmente no tratamento de efluentes industriais. O projeto GISA deve ter meios para continuar. É uma obrigação das empresas e do Estado. Devem olhar para este projeto com a atenção que ele merece.”

É de assinalar também que o **Plano de Monitorização Ambiental da ZILS, imposto pela Câmara no âmbito do plano de urbanização para aquela área**, está em fase de implementação, complementando e aprofundando para a área específica do complexo industrial o trabalho de monitorização iniciado pelo GISA.

Câmara desenvolve Plano Estratégico e de Marketing Territorial

Executado pela equipa da empresa Augusto Mateus & Associados, o plano organiza uma visão de futuro sobre o aproveitamento dos recursos locais ao serviço do desenvolvimento de Sines.



A partir de uma visão da importância do polo de Sines e tendo em conta a sua grandeza e impacto na economia nacional, regional e local e, principalmente, o seu potencial de crescimento para o futuro de um desenvolvimento que se pretenda equilibrado e sustentado, o executivo da Câmara Municipal decidiu elaborar dois projetos determinantes para o território de Sines e da região: a revisão / atualização do Plano Diretor Municipal (PDM) e o Plano Estratégico e de Marketing Territorial.

A revisão do PDM foi inicialmente adjudicada a uma equipa de técnicos qualificados coordenados pelo professor Costa Lobo, entretanto falecido, e está agora entregue à liderança do professor Antunes Ferreira, do Instituto Superior Técnico.

O Plano Estratégico e de Marketing Territorial está a cargo da equipa da Augusto Mateus & Associados e é coordenado por Nuno Vitorino, que já foi responsável pela candidatura do Programa de Regeneração Urbana (centro histórico, falésia e Avenida da Praia).

Uma estratégia para afirmar Sines

Sines é um território complexo e de grande potencial. Precisa de um pensamento global sobre os seus diferentes recursos e o modo como pô-los ao serviço do desenvolvimento com criação de emprego e produção de riqueza. Precisa de afirmar uma marca que reforce o seu posicionamento nas diferentes áreas da economia e na vasta rede dos mercados internacionais e nacionais, assim como a sua compreensão pela população e empresários de Sines.

É aqui que incide o trabalho de planeamento estratégico e de marketing territorial da consultora Augusto Mateus & Associados, que deverá estar concluído em breve e que ficará como uma ferramenta de apoio à decisão dos futuros gestores municipais e de outros agentes de desenvolvimento local e regional, públicos e privados.

A estratégia parte de um diagnóstico onde se identificam os pontos fortes e fracos do território nas suas dinâmicas demográficas e urbanas, no seu perfil produtivo, no turismo, nos portos, nas zonas industriais e logísticas e no uso do solo.

Do diagnóstico segue-se para a visão e estratégia de desenvolvimento. Nesta visão e estratégia são dadas recomendações sobre o que se pode fazer para extrair o máximo de valor dos vários pontos do território e setores de atividade e faz-se o enquadramento de Sines na região em que se insere.

Finalmente, avançam-se recomendações sobre como garantir as condições de concretização da estratégia num quadro de fortes restrições ao investimento e necessidade de sustentabilidade financeira e consolidação orçamental.

Aguarda-se a conclusão do relatório final do Plano Estratégico e de Marketing Territorial, para a sua apreciação pelos órgãos autárquicos e a sua discussão e esclarecimentos com a população e as empresas.

O Plano Estratégico e de Marketing Territorial articula-se com o novo Plano Diretor Municipal. Os últimos quatro anos de trabalho no PDM serviram para aprofundar os estudos realizados e para ajustá-los às alterações das condições económicas e sociais desde o início da crise de 2008. É intenção da Câmara ter este documento concluído em 2013.

Zonas rurais prioritárias no planeamento do território

Em paralelo, prossegue o trabalho de planeamento do território do concelho, com prioridade ao desenvolvimento dos planos de intervenção em espaço rural. A elaboração destes planos teve início com o Paiol e a Cabeça da Cabra, os primeiros aglomerados de um processo que deverá ter sequência natural em planos semelhantes nos aglomerados da Terça Parte, Foros da Pouca Fariinha, Fonte de Mouro, Colmeia, Casoto, etc., com a participação das populações locais. Estes planos vão definir perímetros para os aglomerados e, com a sua entrada em vigor, vão dar um novo impulso ao desenvolvimento nas áreas da habitação e alojamentos turísticos em espaço rural, contribuindo para torná-los centros de qualidade para atrair novos residentes e atividades turísticas dinamizadoras da economia e da vida do concelho.

Estão também em elaboração planos de pormenor para reabilitar o Centro Histórico de Sines, para requalificar os Armazéns da Ribeira e área contígua e para resolver os problemas pendentes no loteamento de Santa Catarina, procurando soluções adequadas que assegurem os direitos de cada proprietário deste loteamento, assim como a salvaguarda do interesse público. Existem outros planos que estão a sofrer alterações para adaptá-los às mudanças estruturais determinadas pela situação económica local, regional e nacional.

Mais informações na área Viver > Urbanismo do site municipal (www.sines.pt).